

A REVISTA *O PROGRESSO*, SEU IDEALIZADOR ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO E A POLÊMICA SOBRE O SOCIALISMO-UTÓPICO E O “ARQUÉTIPO LIBERAL”¹

Marcelo Francisco de Almeida

RESUMO : Criada em Recife, entre os anos 1846 e 1848, a revista *O Progresso*, constitui-se um valioso material histórico. Estudiosos da *História do Pensamento Social* costumam afirmar que a criação e o desenvolvimento da revista *O Progresso* constituiu-se em uma primeira experiência de intelectuais brasileiros adotando e disseminando ideais socialista-utópicos. Um detalhe que chamou a atenção foi o fato de Antônio Pedro de Figueiredo, idealizador e criador dessa empreitada intelectual e política, traduzir, em 1846, os escritos do filósofo francês e precursor da doutrina eclética, Victor Cousin. Como essa doutrina emerge num contexto marcado por definições de uma nova ordem social e política, em especial, pela sedimentação da burguesia enquanto classe hegemônica, o artigo ora apresentado, procurou problematizar em que medida a presença de um “viés” socialista-utópico no conjunto de artigos que compõem a revista *O Progresso*, bem como da auto-classificação realizada por Antônio Pedro de Figueiredo, dizendo-se socialista, não se constituiria numa situação, de certa maneira, ambígua, já que a doutrina eclética, também presente neste periódico, é concebida de comum interesse com a burguesia européia.

UNITERMOS: doutrina eclética, socialismo-utópico, Revista *O Progresso*, pensamento social no Brasil, Antônio Pedro de Figueiredo.

¹ Este artigo trata-se de questões desenvolvidas em minha dissertação de mestrado *A revista O Progresso e a proposta de reformas sociais*. IFCH/UNICAMP, 2001.

I. APRESENTAÇÃO

A Revista *O Progresso* possui um valor histórico *sui generis*, estando inscrita e tendo participado, como “testemunha ocular”, de um dos momentos mais férteis da formação do pensamento social brasileiro. Criada no Recife, entre os anos 1846 e 1848, acompanhou um período de grandes mudanças econômicas, sociais, culturais e até institucionais, não somente brasileiras, mas também, em especial, européias.

A iniciativa da criação da revista se deu em decorrência do próprio ambiente político do momento. Porém, seus próprios idealizadores ansiavam por um periódico que não se dirigisse apenas a ideais partidaristas, mas também, que manifestasse vocação para a defesa do povo e que fosse difusor da compreensão dos direitos e deveres, comprometido, acima de tudo, com “*a causa da humanidade, a do povo que geme, paga e se cala.*” Essa idéia relatada no prefácio de Amaro Quintas² é do próprio Antônio Pedro de Figueiredo que, para esclarecer como surgiu a criação da revista sem “vinculação partidária”, cria um diálogo fictício entre quatro amigos, todos identificados pelas letras iniciais do alfabeto (A, B, C, e D), enquanto caminhavam pelas ruas do Recife, discutindo a situação caótica da imprensa, considerada por eles de “baixo nível”.

Um detalhe que chamou atenção foi o fato de Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), criador e estimulador dessa empreitada intelectual e política, traduzir, em 1846, os escritos do filósofo francês e precursor da doutrina eclética, Victor Cousin. A partir desta constatação passamos a investigar até que ponto a Revista *O Progresso* exerceu papel propagandista dessa doutrina e, mais ainda, se de algum modo, houve interferência nos embates presentes na ordem do dia, “funcionando”, como observa Antônio

² A edição que utilizaremos trata-se de um exemplar faximilado reeditado pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira, com “Prefácio” de Amaro Quintas. Quando nos reportarmos aos artigos da revista identificaremos a partir de seu título, *O Progresso*.

Paim (1997), como um “guia de análise” para a resolução dos problemas nacionais. Por isso, privilegiamos no estudo, dentre várias outras que poderiam ser abordadas, a questão da *presença da doutrina eclética no conteúdo da revista e do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo*, seu idealizador.

A revista *O Progresso* constitui-se em dois volumes, sendo dividida em oito partes, *Philosophia, Sciencias Sociaes e Políticas, Historia e Literattura, Política, Sciencias Physico Mathematicas, Poesias, Critica Bibliographica e Polemica e Miscellaneas*.³ Entre suas novecentas e vinte páginas, encontram-se assuntos diversificados, desde discussões filosóficas, políticas, resenhas bibliográficas à simples construção de uma ponte, dentre outros. A atenção dada a Antônio Pedro de Figueiredo não se deve somente pelo fato de ter traduzido e disseminado as lições de filosofia de Victor Cousin, mas também, pela sua presença e atuação na revista. Alguns artigos nevrálgicos são de sua autoria⁴ – *Certeza Humana, Processos Lógicos, As três respostas ao Discípulo da Filosofia, Variedade, Nascimento de O Progresso e As Reformas*. Além do conjunto de artigos da revista, examinou-se, ainda, algumas das suas publicações nos jornais e folhetins da época *Diário de Pernambuco, A Estrela, Diário Novo, A Imprensa, A Carteira*. A relevância em elencar esse material se deve ao fato de trazerem polêmicas travadas entre o pensador pernambucano, intelectuais e políticos da época, o que contribui para uma melhor compreensão do contexto em que se inserem a publicação e a difusão da revista *O Progresso*, seu idealizador e demais redatores.

Com a pesquisa mais ampla, procuramos investigar o diagnóstico para os dilemas nacionais realizado pelo periódico. E verificar, em que medida, a filosofia eclética, apregoada por Victor Cousin, pode ser *sentida* como

³ Esta divisão é apresentada pelos próprios editores da revista.

⁴ Vale observar, ainda que, estaremos considerando como base para análise a identificação realizada por Tiago A Lara de alguns importantes artigos da revista *O Progresso*, atribuídos a Antônio Pedro de Figueiredo “Resumindo: estamos de posse desses artigos assinados com a letra O, e que, sem medo, podemos atribuir ao Figueiredo: a) ‘Certeza Humana’; b) ‘Processos Lógicos’; c) ‘As três respostas ao Discípulo da Filosofia’; d) ‘Reformadores modernos (Jonhann Ronge)’; e) ‘Variedade, ou ‘Nascimento de O Progresso’’. Finalmente, muito provavelmente, é também de Figueiredo: f) ‘as reformas’”. In: LARA, Tiago A. *As raízes cristãs do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, PUC-RJ, setembro de 1976.

“bússola” de análise e *sustentação* das propostas reformistas. Neste artigo, em especial, objetivamos problematizar a idéia na qual os integrantes da revista *O Progresso* seriam precursores do pensamento socialista no Brasil e, em que sentido, podemos inseri-los a partir do “arquétipo liberal”. Antes, porém, procuramos fazer um breve esboço do trânsito e presença do ecletismo no pensamento social brasileiro. Por ser uma doutrina que emergiu no contexto europeu, em especial, francês, fizemos um levantamento e análise das condições históricas dos países que possibilitaram seu desenvolvimento. Vale ressaltar que não objetivamos fazer uma análise do caráter filosófico propriamente dito desta doutrina, e sim, suas conseqüências políticas e sociais. Com referência ao Brasil, almejamos apenas compreender em que medida os princípios do ecletismo sustentaram as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira. Vale observar que, ao apontarmos os problemas estruturais da sociedade brasileira e sua relação com a doutrina eclética, não objetivamos afirmar que foram as idéias, neste caso, o ecletismo, as fomentadoras de tais mudanças. Podemos aceitar, no máximo, que essas idéias as sustentaram no transcorrer da experiência brasileira. Antes de fazermos a história das “idéias por elas mesmas”, é mais interessante, como ressalta, Vamireh Chacon (1965, p.101), buscarmos “*o eco dos interesses econômicos e políticos no pensamento, e a influência que daí resulta*”. O intuito aqui, foi o de apresentar o importante papel que o jogo político francês exerceu em torno dos interesses de grupos que se formaram neste cenário e sua relação com os brasileiros, sobretudo, com os integrantes da revista *O Progresso*.

A filosofia eclética surge nas primeiras décadas do século XIX, mas se torna filosofia oficial, assumindo caráter de *doutrina*, na Monarquia Constitucional de Luis Felipe. De maneira sintética, lembramos que essas idéias viriam ao encontro dos interesses da nova classe em ascensão – a burguesia. Afim de melhor compreender o que levou ao desenvolvimento da doutrina, é necessário, retornar brevemente à história francesa.

O ecletismo surge numa França transformada, rompida com velhas estruturas. O ano de 1789 demarca um novo momento para a sua história, de

transformações que se refletiram em outros países, dentre eles, o próprio Brasil. A estrutura, baseada no regime absolutista, deteriorou-se, e uma nova forma de organização social foi instituída. Agora o chefe de estado, o rei Luís XVI, não era mais, como observa Hobsbawm (1996), designado somente pela vontade divina, mas também, subordinado ao Direito Constitucional do Estado. Surgiam novos atores sociais e novas formas de representação política. Porém, como adverte o historiador inglês, não podemos deixar de lembrar que foi um período de lutas sangrentas, depressão econômica e muita miséria, embora o lema do momento fosse “liberdade, fraternidade e igualdade”.

Com a efetivação da Revolução, as práticas e discursos “radicais” acabam dando lugar aos novos tempos que exigiam “moderação, tolerância”, quesitos imprescindíveis ao desenvolvimento e sedimentação do sistema. Para a burguesia, que nesse momento já se comportava de forma diferente daquela presente no período revolucionário, com interesses claramente definidos, não parece importante mudanças radicais, mas sim a manutenção de sua *visão de mundo*, que pode ser ilustrada pelo seu apego à idéia de progresso. Assim, nada melhor do que o surgimento de uma doutrina que visasse justamente conciliar, harmonizar, o que haveria de “bom e correto” nos variados “sistemas filosóficos”, fato explicativo de o ecletismo tornar-se a “doutrina oficial” do Estado francês.

Se, no contexto francês, a doutrina eclética desempenhou este papel, parece-nos que no Brasil, *guardadas as devidas e importantes especificidades*, ela acabou contribuindo também para a conciliação de situações e interesses muitas vezes opostos, como por exemplo, na própria estrutura e organização social da sociedade brasileira oitocentista – caracterizada pelo trabalho escravo e pelo liberalismo. Vale lembrar, ainda que tanto no Brasil como na França imperava, naquele momento, grande medo por parte da elite local de um levante das “classes perigosas” e da possibilidade do surgimento de um processo revolucionário. Muitos autores já observaram que o Movimento Praieiro, considerado o mais liberal dentre as mobilizações do período, refletiria tais preocupações.

Vale lembrar ainda que mais precisamente, nosso interesse recai sobre a criação da Revista *O Progresso*, durante o período de 1846 e 1848. O ecletismo, doutrina a ser aqui apontada, que surge nos princípios do século oitocentista na França(1830) e presente na formação social brasileira, parece ser reposta aos discursos e conteúdo da Revista *O Progresso*, bem como no pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo.

De maneira geral podemos dizer que tanto para a Europa, como para o Brasil, o momento era de grandes “perturbações”, “convulsões” sociais. Na França, mais especificadamente após o movimento revolucionário, instaurou-se a busca da harmonia em nome do progresso. No Brasil, encontra-se a Província de Pernambuco e, de certa forma, as demais que compunham o Brasil, vivenciando, nos anos 40, crises econômicas, políticas e sociais oriundas, em sua maioria, da transição do antigo regime colonial português à autonomia jurídico-política. É claro que a mudança não lembra nem de longe, o movimento revolucionário francês. O medo de uma possível Revolução era maior até mesmo do que as reais condições para a insurgência de um processo revolucionário, o que explica a preocupação e as defesas da necessidade de reformas enquanto sustentáculo e mediação da autonomia da nação. Os idealizadores da Revista *O Progresso*, vivenciando justamente este contexto histórico, irão propor um diagnóstico para os males do Brasil.

Antônio Pedro de Figueiredo, atento aos problemas locais, vai encontrar nos socialistas utópicos Saint Simon, Fourier e Owen, base teórica para uma análise profunda da desigual estrutura social brasileira. Em relação ao seu “viés” socialista utópico, Amaro Quintas, no *Prefácio* à reedição da revista, indica duas questões que necessariamente deveriam ser levadas em conta:⁵

“(...) o socialista buscando uma solução para os problemas de então em função dos postulados do socialismo utópico da primeira metade do século passado e o estudo objetivo – o idealista orgânico da classificação do Sr. Olivei-

⁵ Para uma melhor análise e não correremos o risco de deturpação do conteúdo dos artigos da revista respeitaremos a escrita da época.

ra Vianna – preocupado em resolver esses problemas dentro de um sentido realista, dentro das nossas necessidades. Ou, como disse o Sr. Gilberto Freyre, um socialista em Pernambuco que procurou adaptar ‘às necessidades da região’.” (QUINTAS, 1950, p.VII)

São inúmeras as referências e as citações desses socialistas utópicos na revista em questão e, dentre os vários redatores⁶, Antônio Pedro de Figueiredo destaca-se na defesa e propagação desta corrente de pensamento.

Mesmo não explorando a questão do “viés” eclético Amaro Quintas, no já citado Prefácio à revista, indica que em *“todo esse acervo intelectual [neste caso o autor refere-se aos jornais da época A Carteira, Imprensa e a Amora Pernambucana], achamos o traço marcante da cultura e do idealismo do Consin fusco”*. (O Progresso, 1950, p.VII) Demarca-se, assim, dentre outros, um dos objetivos deste trabalho: se são tão presentes as referências a socialistas utópicos e se, a doutrina eclética veio justamente ao encontro dos interesses da burguesia, os idealizadores da Revista O Progresso parecem-nos demonstrar uma certa ambigüidade, postos pelo socialismo utópico e pelo ecletismo. Para esclarecermos esta questão, ainda que de forma sumária, precisamos apresentar alguns temas presentes no conteúdo da revista, como o tema do progresso e do desenvolvimento moral e político da sociedade brasileira, dentre outros.

No entendimento dos redatores, prevalece no Brasil, no âmbito político, os interesses individuais, mesquinhos, a busca pelo emprego público regado de ócio e dinheiro fácil, argumentos que viriam justificar a necessidade da criação de um veículo propagandista sem vínculos com as mazelas da política brasileira:

“Mas, se a contemplação das peijas dos partidos, se rumorejar descompassado e a poeira nauseabunda que elles levantam, nas batalhas que pelejam, é a razão sufficiente para que os homens, que não teem em energico principio d’acção, se recolham ao silencio e se caleem, pela nossa parte, era isso razão de

⁶ Como a grande maioria dos artigos vem assinada por apenas uma letra mostra-se difícil a identificação do autor. Por isso, as citações de excertos da revista estarão sendo identificados pelo seu título - O Progresso.

mais para nos lançar na arena, e procuramos arvorar, acima das bandeiras dos partidos, com legendas de vinganças e de ira, a nossa bandeira de paz, de organização e de harmonia.” (O Progresso, 1950, pp.172-173)

Com base na citação acima, podemos entrever que a revista teria o papel de fazer uma análise acima de qualquer partidarismo e na busca da harmonia, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira em geral. Propunha-se, obviamente, colocar-se acima dos interesses particulares, defendendo os interesses gerais.

A base para o progresso, por sua vez seria a criação de condições para que o indivíduo, formador do conjunto social, pudesse desenvolver ao máximo suas faculdades na direção do seu bem próprio, bem como do bem da nação. Argumentos os quais parecem-nos remeter a Adam Smith,⁷ o que não impediria aos redatores da revista *O Progresso* direcionar críticas ao *lais-faire* do momento.

A crítica aos entraves para o progresso recaía, sobretudo, no fato da “matéria do trabalho” (podemos aqui entendê-la enquanto os meios de produção) estar circunscrita à pequena parcela da população, transformando a grande maioria em dependentes frente dos que a possuíam:

“Depois da miséria, o fato mais notável, que resulta desta desigualdade radical e fundamental, é a necessidade a que se acham reduzidos aqueles que não possuem a matéria do trabalho, de se collocarem na completa dependência daquelles que possuem essa segunda condição de toda a riqueza material.” (O Progresso, 1950, pp.868-869)

Parece que a idéia central do grupo de redatores e dirigentes da revista *O Progresso* consistia na criação de um projeto para a constituição das bases para o desenvolvimento de uma “classe média”, sustentáculo do go-

⁷ A citação que se segue parece confirmar esta idéia: “Vemos pois que o alvo da atividade humana, que é a satisfação dos desejos iniciais, emanados das diversas paixões do indivíduo, encontra a sua mais completa realização na maior liberdade concedida a cada um dos elementos desta mesma atividade, e que a somma possível desta liberdade vai sempre em augmento, do homem no estado social, e enfim ao homem, membro de um dos elementos da humanidade organizada”. In: *O Progresso*. 1950, p. 179.

verno representativo. No debate sobre esse processo constitutivo de uma nova classe, base de relações mais democráticas, figura a intenção de definir os atores presentes na sociedade brasileira e os problemas que os envolvem. Note-se que, nessa situação de elaboração de diagnóstico, os redatores referem-se a proprietários e não proprietários, a criados, operários, salários, juro, mas em momento algum, colocam em questão a escravatura, base mantenedora da estrutura social da época. É evidente que não podemos esquecer que se tratava de meados do século XIX, faltando ainda quatro décadas para a abolição. No entanto, o modelo para este diagnóstico estava menos referido à realidade nacional do que às teorias européias.

De maneira geral, as relações econômicas dos povos estariam pautadas em duas divisões. Como evidencia o trecho a seguir extraído do artigo *Anarchia Social* (pp. 870-871), assinado por C. Pecqueur.

"1- Proletários que emprestam, mediante certa paga, o seu trabalho, isto é, a sua actividade e vontade, aos proprietários.

2- Proprietários que emprestam a juro a materia aos proletários do trabalho." (O Progresso, 1950, pp.870-871)

Esta seria a condição ideal para o progresso da sociedade se não fosse um outro mal que assolava a sociedade brasileira: a falta de controle por parte de órgãos governamentais, propiciando a desleal e arbitrária concorrência que somente beneficiava aqueles que possuíam os bens materiais, contribuindo ainda mais para o crescimento da miséria social.

"Toda gente comprehende os effeitos anti-sociaes e antieconomicos da concurrencia. Os quadros que à cerca deste assumpto se teem desenhado há annos são conhecidos por todos aquelles que se occupam das questões da miséria e da associação. Mas poucos hão visto, ou se atreverem a confessar que este grande facto da concurrencia não era senão effeito, cuja causa primária era a appropriação individual e arbitrária dos instrumentos do trabalho." (O Progresso, 1950, pp.872-873) (grifos do autor)

Segundo C. Pecqueur, o que prevalece com a concorrência desenfreada, sem nenhum controle, é o descompasso entre produção e necessidade, desenvolvendo uma sociedade baseada em relações capitalistas sem controle, a partir das quais os proprietários produzem o que querem e da forma como querem, deixando de se preocupar com sentimentos de justiça social, solidariedade, etc. para com os detentoras apenas da força de trabalho.

Aqui mais uma vez fica em evidência, na ótica da revista, a idéia de que liberdade e ordem andam juntas. Se não houver respeito por cada uma dessas partes, quer dizer, por parte daqueles que defendem a liberdade em relação àqueles que defendem a ordem e vice-versa, dificilmente chegar-se-á a algum resultado satisfatório, sem “desordem e anarquias”. Caso isso ocorra, quem sairá perdendo será o conjunto da sociedade, em especial, os marginalizados, o que, de certa maneira, explica a necessidade da política enquanto reguladora. Neste caso, o regime representativo toma importância relevante na busca de melhorias para o povo. No entanto, para que este projeto tenha sucesso, deve-se voltar para a economia e desenvolvimento industrial afim de se elevar o progresso e o bem estar social.

Ora, como conciliar ideais socialistas utópicos com desenvolvimento industrial baseado em relações capitalistas e pautadas num regime monárquico constitucional? Vale lembrar que, esta forma de governo que elimina o absolutismo e evita os “excessos” de liberdade, era adotada pelos defensores e propagadores da doutrina eclética. Aqui nos parece que se instaura uma certa ambiguidade por parte dos redatores da revista *O Progresso*: ao mesmo tempo em que tecem críticas à concentração dos bens materiais, acirrando ainda mais a miséria social, não as fazem ao “sistema liberal” em desenvolvimento, defendendo no máximo, reformas:

“(...) Já expirou a guerra; e o seu século, escondeu-o a noite dos tempos. Em verdade, que há ali que ainda se lembre hoje de guerra como princípio político? — alguns loucos ou alguns soldados ambiciosos! Não; a paz é decididamente o voto do século XIX; o arado e o tear despedaçaram a espada, o vapor substituiu, como força motora, na máquina de polmões de ferro que tra-

balha para a felicidade dos homens, a pólvora que outr'ora abalava machinas de bronze para os destruir aos milhares; as velhas barreira nacionais, desmoramam-se, e o caminho de ferro que as despedaça ao passar por cima dellas, annulla o espaço e confunde povos que ao encontrar-se ficam surpresos de ver hoje mudarem-se em sympathia de bontem. É esta politica radiosa de progresso pacifico que queremos instaurar entre nós, e que será a legenda da nossa bandeira.” (*O Progresso*, 1950, p.8)

A crítica ao industrialismo moderno enquanto fomentador da miséria das massas e a defesa do progresso material pautada no regime representativo garantidor da “liberdade e da ordem” formam a base para o desenvolvimento moral e social da sociedade brasileira.

A citação acima sintetiza os anseios da burguesia oitocentista e sustenta a *hipótese* aqui levantada: o liberalismo, precisando sedimentar-se enquanto sistema hegemônico, necessitava reconstruir uma “nova sociedade”, na qual o progresso só se efetivaria se tivesse “ordem”, “moderação”, “harmonia” etc. A outra face deste liberalismo seria justamente esta nova doutrina que legitimaria a idéia da necessidade da conciliação enquanto pressuposto para o progresso.⁸ Os redatores da revista *O Progresso*, por sua vez, parece-nos que “compraram” a idéia. Além disso, temos um outro problema: o “ecletismo brasileiro”, presente na revista, sugere estar *deslocado* em relação aos ditames da realidade brasileira, como, por exemplo, na discussão dos redatores em torno das condições do proletariado num país como o Brasil, que ainda se sustentava no trabalho escravo. Tal preocupação se faz necessária, em especial, para melhor discutirmos a seguinte questão: trata-se de uma situação “isolada” por parte do(s) articulista(s) da re-

⁸ Cf. Maria O. PINASSI em recente trabalho, *Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – Um episódio no trânsito das idéias entre Brasil e França (1834-1856)*. São Paulo, 1999, (mimeo), analisa esta relação entre liberalismo e ecletismo: “Por ora, adianta-se tão somente que a consolidação da Independência brasileira e, acima de tudo, as formas premidas pelas suas condições de país de extração colonial, confirma a sua ‘nacionalidade quimérica’, uma nacionalidade que colhe os frutos das tensões que, na Europa, resultam numa subversão do liberalismo pantado, então, em teorias pacifistas (senão repressoras). Daí, então, algumas das características reflexas do IHP, sobretudo o ecletismo que, na sua incidência sobre o pensamento brasileiro, podem ter reforçado o caráter moderado da nossa específica forma-de-ser-capitalista” (p.48).

vista *O Progresso* e/ou do próprio contexto em que estão inseridos? Permanece, ainda, um outro problema: quais seriam as conseqüências do ecletismo no plano da organização social brasileira e sua conseqüência no perfil do liberalismo que aqui se desenvolveu?

Segundo Bosi o binômio ou “par” liberalismo-escravismo constituiu-se numa das grandes especificidades para a inserção do Brasil no mundo moderno, compreendido nos séculos (XVIII e XIX). O liberalismo enquanto prática econômica baseada no trabalho livre e orientada por valores da livre concorrência e da não interferência estatal nunca se efetivou em sua plenitude no Brasil. Se esta contradição é verossímil, ela o é em sua aparência, tratando-se, na verdade, como observa Alfredo Bosi, de “apenas um paradoxo verbal”. Incorporamos somente a forma e não o conteúdo liberal, peculiaridade esta que acabou propiciando certa conciliação entre liberalismo-escravismo.

O liberalismo praticado no Brasil desde a sua inserção no mercado mundial livre possuiu um caráter funcional, ou seja, mercado livre não significou trabalho livre. Daí a necessidade, apontada por Alfredo Bosi, de uma “compreensão cultural do termo liberalismo” e/ou uma “análise semântico-histórica”:

“1. Liberal, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar.

2. Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade, alcançada em 1822, de representar politicamente: ou, em outros termos, Ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.

3. Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica.

4. Liberal pôde, enfim, significar capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, ajustando assim o estatuto fundiário de Colônia ao espírito capitalista da lei de Terras de 1850.” (BOSI, 1996, p.199-200) (grifos do autor).

Ser liberal no Brasil Colonial e Imperial significava apenas ser “conservador das liberdades”, condição que não é de todo oposta aos princípios do liberalismo. O problema se daria no momento em que essas “liberdades” são atribuídas e praticadas somente pela classe proprietária – neste caso, a elite agroexportadora.

Aqui, novamente, se evidencia que a forma nacional constituída, com sua mentalidade conservadora, acabou assumindo especificidade em relação à trajetória realizada pela sociedade européia, em especial, pelo seu **caráter conciliatório** entre *liberalismo* e *escravismo*.⁹ É essa “idéia” – de conciliação – que parece ser o grande “nó górdio” ou a “salvação” do liberalismo aqui instaurado.

II. ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO E A REVISTA O PROGRESSO A PARTIR DO “ARQUÉTIPO LIBERAL”

Vimos no início deste artigo, que a “nova ordem”, marcada pela ascensão da burguesia européia, postulava a harmonia e a conciliação como pressupostos necessários para inibir qualquer tipo de “fanatismo e radicalismo” por parte do proletariado em formação e, criar condições para o desenvolvimento do *progresso* material e moral da sociedade em fase de estruturação. O ecletismo, por sua vez, apregoando a harmonia entre as várias correntes, vindo ao encontro deste contexto e dessa nova ordem, em que o principal lema era o *progresso*, desempenhou importante função na legitimação desses ideais. Tanto o é que, tornou-se doutrina oficial do Estado francês. Porém, essa discussão levou em consideração o contexto europeu, sobretudo francês e, por conta disto, se coloca um problema: em que medida

⁹ Não estamos querendo dizer com isto que a conciliação seja uma “prática” única e exclusivamente brasileira, pois, se pensarmos como se configurou a Europa após o período marcado pelo “terror” e insurgimento da restauração, vemos a conciliação enquanto mediadora entre os interesses da burguesia e aristocracia na reconstrução do Velho Mundo, contra a classe operária em formação.

podemos falar em ecletismo no Brasil sem cair numa “relação mecânica” e/ou simplesmente uma transposição de idéias? Ou ainda, como fazer esta discussão se o ecletismo emerge em meio à burguesia européia, sendo o contexto brasileiro oitocentista baseado em um sistema produtivo calcado no trabalho escravo? Daí deriva a afirmação que tem provado polêmica, que aponta para a singularidade do caso brasileiro: devido a nossa específica formação histórica, ao “importar” essas idéias européias, absorvemos apenas, como observa Alfredo Bosi, a *forma* e não o *conteúdo* liberal contido nessas idéias.

Desse modo, levando em consideração a especificidade brasileira, a presença do ecletismo deve ser entendida a partir da forma pela qual a intelectualidade brasileira aceitou essa proposta. Mais ainda, como funcionou em relação ao ambiente político nacional. Os idealizadores da revista *O Progresso* encontram-se dentro desta perspectiva.

Segundo Antonio Paim, a política nacional da época teria contribuído para a ascensão da doutrina eclética:

“(...) a componente política desempenhou papel relevante na adesão à filosofia eclética. No processo de estruturação do Império, parece evidente a existência de uma constante, em torno à maioria dos problemas em debate: formadas as polaridades — o conservantismo intransigente e o reformismo radical — surge e passa a predominar, invariavelmente, a tendência conciliatória.” (PAIM, 1966, p.6)

Pode-se dizer mais do que isto: o ecletismo, sendo incorporado como base teórica por parte da intelectualidade brasileira, “funcionou” não somente como “bússola de análise” dos problemas nacionais, mas, também, como justificação ideológica do compromisso, exemplificada na conduta da elite agroexportadora — uma *prática* escravocrata e um *discurso* em defesa das liberdades.

Se a política, responsável pela criação das leis gerais e organização da sociedade, foi a “porta de entrada” para a filosofia eclética, a idéia de refor-

ma tão difundida entre os intelectuais e políticos brasileiros e, dentre esses, podemos incluir os próprios redatores e idealizadores da revista, estaria em plena sintonia com a época, ou seja, com as necessidades postas pela sociedade. A tônica preponderante na solução dos males do Brasil era a necessidade de reformas, seja em torno do livre pensamento, papel do Estado, colonização interna e externa, seja em torno do socialismo. Uma outra questão embora pouco desenvolvida pelos autores é a “*absurda doutrina do laissez faire e laissez passer*”, responsável, como apontou, o autor do artigo *O Direito de Viver* (pp. 775-778), pela impossibilidade que colocava para a efetivação universal dos direitos imprescindíveis aos homens – o acesso comum à terra, o trabalho e o próprio direito de viver. Lembrar essa polêmica se justifica porque entendemos que nela estão contidos os limites do socialismo-utópico apreendido por Antônio Pedro de Figueiredo e os demais redatores da revista *O Progresso*. Vejamos:

Primeiramente lembremos que, para Antônio Pedro de Figueiredo, a finalidade última da atividade humana seria o prazer, sendo este concretizado com a satisfação dos indivíduos de seus desejos. Porém, há uma *distância* entre os homens e seus desejos. O problema estaria na dificuldade ao acesso da grande maioria da população às riquezas do país. (*O Progresso*, 1950, pp.172-173) Esta situação seria, por sua vez, caracterizada pelo vício brasileiro – a grande propriedade territorial.

“(...)esse feudalismo territorial, e as consequências que elle arrastra, – a opressão das massas no interior da provincia, – impunidade dos crimes, &c., é um vício que nasceu da antiga organização, e que as nossas revoluções e civilização ainda não puderam acabar.

Eia, Sr. Redator, mostre que este vício, que este principio gerador é a grande propriedade; indique-lhe francamente o remedio, e muito há de merecer dos seus concidadãos.” (*O Progresso*, 1950, p.624) (Grifos do autor)

A raiz do problema nacional estaria, portanto, na concentração de terras entre os grandes proprietários o que traria, por sua vez, obstáculos para o fluxo natural da economia – produção, consumo e distribuição.

No artigo *Revista Bibliographica* (pp. 499-506), encontramos, a partir de uma resenha do livro de Pedro Autran da M. Albuquerque, *Elementos de Economia Política* (vol. I, Pernambuco, 1844), uma polêmica acerca da questão da distância entre os homens e seus desejos, buscando as causas desse impasse. Aqui relembra outra vez o vício e o mal brasileiros – a grande propriedade territorial.

Segundo Antônio Pedro de Figueiredo, o livro de Pedro Autran da M. Albuquerque, além de ser representante da velha escola econômica do *laissez-faire, laissez-passer* e da proposta de seus formuladores Adam Smith e J. Bastide. Say, teria incorporado as deficiências e simplificações desta teoria econômica.

“O lugar que este principio[de desenvolvimento espontaneo das inclinações individuaes] occupa às primeiras paginas do livro do Sr. Autran, onde é citado de passagem e como exemplo, autorisaria a alguém a considera-lo como pouco importante; e todavia é, sem tirar nem pôr, a base da grande escola economica que apreciamos n'outro lugar. Os primeiros passos dados por ella no dominio dos phenomenos precipitaram-na logo n'um erro capital que viciou todos os resultados que mais para o diante obteve.” (O Progresso, 1950, p.500)

A crítica recai sobre o princípio da escola econômica, representada por Adam Smith e J. B. Say, da liberdade absoluta aos indivíduos. O problema estaria no fato de, ao defender que cada indivíduo deveria ser livre e seguir suas inclinações, o autor incorreria no mesmo erro daquela escola econômica: estaria indo contra todo e qualquer princípio de solidariedade humana, o que seria desastroso para o conjunto da sociedade brasileira.

*“O máximo de liberdade para cada individualidade exige um meio, em que as tendencias individuaes se achem harmonisadas entre si, e se possam desenvolver pacificamente. Então o *laissez faire, laissez passer* torna-se maxima verdadeira e bebefica. Mas, no estado de guerra permanente em que ora se acham todas as forças individuaes, este aphorismo não passa de inhumano, anti-economico, anti-social.”* (O Progresso, 1950, p.501)

Por isso a necessidade, de um certo controle da absoluta liberdade, o que possibilitaria uma melhor definição tanto do interesse e desejo individual quanto social. Em síntese, a base da economia política para Antônio Pedro de Figueiredo, seria: a soma dos desejos realizados e orientados teria por consequência maior riqueza para a nação e, se o “indivíduo social” estiver plenamente satisfeito é porque o fluxo da economia estaria sendo normal. Essa seria a situação ideal para qualquer economia. Porém, no Brasil, em especial, como já demonstrado, a partir dos mais variados artigos da revista *O Progresso*, prevalece o pauperismo e a miséria social, frutos da distância entre o indivíduo e seus desejos, indicando a necessidade de reformas.

Identificado o problema da má organização da sociedade cabe reformá-la. Porém, dentro dos limites institucionais:

“Com efeito, qual seria o fim dessa revolução? — a mudança da forma de governo, à imitação do acabam de fazer os Franceses, os Napolitanos e outros povos da Europa? Não vemos razão alguma para seguirmos o exemplo dado por estes. Em Nápoles, em França, em Viena, a nação já havia esgotado todos os meios pacíficos para obter as reformas que julgava indispensáveis à sua prosperidade e encontrava obstáculos invencíveis na vontade que repelia todo e qualquer progresso, e tornava a revolução necessária.” (O Progresso, 1950, p.857)

Como vemos, em clara referência ao movimento praieiro, Antônio Pedro de Figueiredo é contundente na recusa de todo e qualquer movimento revolucionário que não tivesse esgotado todos meios legais com a finalidade única do desenvolvimento do progresso. Essa defesa de reformas dentro do âmbito institucional não é feita por acaso, Antônio Pedro de Figueiredo parte do pressuposto de que a nossa Constituição é das mais liberais, a partir da qual é possível modificá-la e criar condições para melhorias dos males ocasionados pela má organização social brasileira.

“Ora, por ventura estaremos nós nas mesmas situações,¹⁰ teremos também um obstáculo permanente, ou uma vontade systemática oposta à nossa

¹⁰ Tudo leva a crer, levando em consideração a citação anterior, que o autor refere-se ao contexto Europeu.

prosperidade? Não; a nossa constituição é mini liberal, e admite toda e qualquer modificação por meios legais.” (O Progresso, 1950, p.857)

Para o autor, a dificuldade brasileira em desenvolver o progresso não estaria na Constituição e nem mesmo na figura do Monarca, mas sim, na ignorância dos próprios legisladores que se preocupavam apenas com as disputas políticas, deixando em segundo plano a execução das leis aprovadas.

Levando em consideração as questões apresentadas a partir dos artigos do periódico analisado, podemos afirmar que, tanto Antônio Pedro de Figueiredo, como os demais redatores das revista *O Progresso*, estão inseridos no que pode-se denominar *reformismo social*. Mais ainda, pode-se minimizar um pouco as afirmações de que se trata de precursores do socialismo utópico no pensamento social brasileiro. Estamos, na verdade, mais ao encontro das conclusões de Vicente Barreto (1974): Antônio Pedro de Figueiredo e o demais redatores da revista *O Progresso* fariam parte do “arquetipo liberal”.

Vicente Barreto, antes mesmo de chegar à conclusão de que se trata de integrantes do arquetipo liberal, questiona a forma como muitos estudiosos da *História do Pensamento* “enquadram” determinados pensadores em escolas, vertentes teóricas, a partir da auto-classificação do próprio autor em estudo e cita, como exemplo, o caso de Antônio Pedro de Figueiredo:

“Na ideológica não nos parece a metodologia mais segura a aceitação pura e simples da auto-classificação filosófica, política ou social que se faz o próprio pensador. No caso de APF¹¹ seria considerá-lo como pertencente à matriz socialista em virtude de afirmações de simpatia doutrinária ou esperanças em suas conquistas futuras.” (BARRETO, p1974, p.408)

Se existem dúvidas de que Antônio Pedro de Figueiredo e colaboradores faziam parte de uma matriz socialista, em que medida pode-se dizer que fariam parte de um arquetipo liberal?

Primeiramente, deve-se lembrar que ambas as correntes – socialista e liberal – são frutos dos ideais iluministas (séculos XVII e XVIII). É nesse

¹¹ O autor utiliza a sigla APF para designar Antônio Pedro de Figueiredo.

contexto que emerge o “novo homem”, seguro de si, mediado pela razão, no enfrentamento e solução dos problemas da época. Vale lembrar, também, que a idéia de que somente os integrantes de matrizes socialistas eram críticos em relação às desigualdades ocasionadas pela expansão industrial e na defesa do estado de direito, não corresponde aos fatos. O próprio Antônio Pedro de Figueiredo ao comentar o livro citado, 1844, relativiza esta visão ao apontar a importância dos integrantes da “velha escola econômica” no estudo e identificação dos fenômenos sociais:

“(...)estamos longe de dizer que a economia política de Adam Smith e João Batista Say seja um complexo de absurdos. Pelo contrário, rendemos toda a homenagem devida a esses corajosos atletas que primeiro penetram no cabos ainda obscuro dos phenomenos tão multiplicados da vida dos povos. A esta velha escola economica devemos nós mui exactas analyses da maior parte destes phenomenos.” (O Progresso, 1950, pp.499-500)

Na defesa dos representantes da “velha escola” econômica, Antônio Pedro de Figueiredo parece concordar com um dos principais fundamentos do Estado Liberal – o princípio da liberdade.¹² E se as bases da sua crítica social e política constituem-se no controle da “absoluta liberdade” dos homens, em melhorias do industrialismo e na defesa da propriedade privada, na formação de uma classe média, em reformas pelos meios institucionais etc., não fica difícil concebê-lo, como o faz Vicente Barreto, dentro de uma perspectiva liberal.

“Para APF este estado social[de desigualdades] existia por não corresponder a forma liberal de governo à realidade sócio-econômica. Encontramos no seu pensamento o indicador mais objetivo do liberalismo, ou seja o entendimento de a grande ‘indústria’ e a ‘pequena indústria’ deveriam servir de base

¹² Reforça essa idéia a citação que se segue, bem como se levamos em consideração o conjunto dos artigos da revista O Progresso: “Vemos pois que o alvo da actividade humana, que é a satisfação dos desejos iniciais, emanados das diversas paixões do individuo, encontra a sua mais completa realisação na maior liberdade concebida a cada um dos elementos desta mesma actividade, e que a somma possivel desta liberdade vai sempre em augmento, do homem isolado no estado selvagem, ao homem no estado social, e enfim ao homem de uma sociedade que seria per si mesma um dos elementos da humanidade organizada”. (Grifos meus) O Progresso, 1950, p. 179.

para a organização política e jurídica da sociedade. Vemos então que a crítica à aristocracia seria positivada através do estabelecimento a ordem social enraizada na indústria e com observância das normas da economia de mercado.” (BARRETO, 1974, p.413-414)

Talvez mais importante do que dizer que Antônio Pedro de Figueiredo e os demais redatores da revista *O Progresso*, fazem parte do “arquétipo liberal”, seja invocar a influência da doutrina eclética. Embora o trabalho de Vicente Barreto seja preciso em contradizer aqueles que os concebem somente dentro de uma perspectiva socialista-utópica, esquece, porém, de lembrar que a doutrina eclética, sendo originária no contexto europeu e participando de comum interesse com a nova classe em ascensão – burguesia também contribuiu na formulação do diagnóstico da revista *O Progresso* para os problemas brasileiros, em especial na *idéia de reforma*.

Sendo assim, a doutrina eclética não “funcionou” apenas como “guia de análise”, observada por Antônio Paim (1967), mas também, como “base teórica” e, porque não dizer, ideológica na resolução dos dilemas nacionais.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *O Progresso* e o conjunto de redatores, com destaque para Antônio Pedro de Figueiredo, participaram de um contexto social particular, de transformações em alguns aspectos e, continuidade, noutros. Se há algo de ambíguo na interpretação ou diagnóstico que fizeram em torno do Brasil, seria mais coerente se reportássemos ao próprio contexto em que estavam inseridos.

Tratava-se de um período de definições. Constatava-se na sociedade brasileira a vontade de progredir, entrar na rota da civilização; buscava-se, nesse momento, uma ruptura com o passado colonial, responsável pelo atraso, pela falta de liberdade. Talvez isso explique as constantes referências aos franceses e a adesão à filosofia eclética – vista como portadora dos meios para “sanar os males” e elevar o país no mais alto grau de civilização e

oriunda de um país considerado baluarte do progresso das Ciências e das Artes. Porém se, de um lado, intelectuais e políticos estavam embebecidos pela vontade de adesão ao progresso, de outro, encontravam-se numa realidade grotesca, na qual persistia o internacionalmente condenado tráfico negreiro, o escravismo, sustentados pelo latifúndio, por uma desigualdade social e material brutalizada, cuja configuração fez por desenvolver uma teia de relações e de poder baseadas no mandonismo e na violência.

O dilema de Antônio Pedro de Figueiredo e demais redatores da revista *O Progresso* foi justamente superar este contexto repleto de condições para adotar as medidas necessárias para o desenvolvimento do progresso, e também, definidor de entraves ainda enraizados e expressos nos resquícios do passado colonial.

Se essas aporias presentes na experiência brasileira dificultaram uma formulação coerente do diagnóstico almejado pelos idealizadores da revista, contribuem de alguma forma na compreensão do ideário dos mesmos. Nesta situação, a simples *transposição de idéias*, utilizada como recurso de análise da realidade brasileira, torna-se um pouco mais coerente. A ambiguidade apresentada, por exemplo, quando se discutiam a necessidade de criar condições objetivas para o desenvolvimento da classe média e trabalhadores livres num país escravocrata, expressa o dilema enfrentado. Ao que tudo indica, foi esse contexto, marcado por pelo viés ambíguo, que propiciou a absorção da doutrina eclética. Concebida por Antônio Pedro de Figueiredo e colaboradores como a “tábula de salvação” para a superação dos problemas nacionais, foi a partir dela que se formularam os princípios nortecedores da empreitada proposta – a criação de um veículo de comunicação isento das mazelas da política brasileira. Seja a filosofia eclética propriamente dita (disseminada pelo *Platão dos nossos dias*,¹³ incorporada como meio emancipatório e caminho seguro para a entrada na rota da civilização) seja a políti-

¹³*Platão dos nossos dias* trata-se, na ótica de Antônio Pedro de Figueiredo, de Victor Cousin. Cf. *Curso da História da Filosofia*. In: ALMEIDA, Marcelo F. de. *A revista O Progresso e a proposta de reformas sociais*. Dissertação de mestrado-II^oCH/UNICAMP, 2001, Anexo I, p.131.

ca (com uma função quase normativa na criação de leis gerais e organização da sociedade para eliminar os entraves que a impediam na resolução da má organização social brasileira) parece que ambas foram orientadas pelos mesmos princípios.

Em relação a Antônio Pedro de Figueiredo deve-se ressaltar que, além de demonstrar que era um homem culto, apesar de sua origem humilde, possuía, também, uma constante preocupação com os problemas concretos e reais da sociedade brasileira. Se houve adesão ao socialismo utópico, a explicação para tal, estaria em sua vontade, mesclada por uma certa ingenuidade, de eliminar a miséria social em que se encontrava boa parte da população brasileira.

Ao que tudo indica, a simples citação de autores como Saint Simon, Proudhon, Fourier, Owen, ou até mesmo, a auto-classificação, observada por Vicente Barreto, no caso de Antônio Pedro de Figueiredo, não significou identificação completa com os socialistas utópicos. Não se pode negar que o contexto no qual se encontravam dava margem ao desenvolvimento e a defesa de ideais reformistas. Porém, em que pese esta adesão, quais seriam seus limites? Para clarear a questão vale lembrar que o socialismo utópico emerge meio a incipiente, mas importante, “luta entre proletariado e burguesia europeia”. Como seus propagadores, apesar de reconhecerem o antagonismo entre as classes, não conferiam ao proletariado a possibilidade de desenvolver “nenhuma atividade autônoma” e/ou política, buscavam a proposição de uma “ciência social”, capacitada a formular e ditar os caminhos a serem seguidos pela sociedade em geral. E ao afirmar que essas “leis sociais” são as ideais e exeqüíveis, justificam a recusa de toda e qualquer ação política e, por conseguinte, de qualquer ação revolucionária. Caminho que certamente os levariam a concretizarem as mudanças pelos meios pacíficos.¹⁴ O intuito aqui, com esse resgate das condições e conseqüências em que se desenvolveu o socialismo utópico europeu, foi no sentido de trazer subsídios para a seguinte reflexão.

¹⁴ Esta análise em torno dos socialistas utópicos foi realizada por Karl Marx e Friedrich Engels e encontra-se em *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1988.

A adesão de Antônio Pedro de Figueiredo e demais redatores da revista *O Progresso* ao socialismo utópico parece chegar somente a uma crítica da má organização social brasileira, o que justificaria, a defesa do imposto territorial com a finalidade de eliminar o nosso grande mal – grande propriedade territorial –, as reformas dos órgãos administrativo, legislativo e jurídico, mas não as propostas concretas de transformação da sociedade. Dito de outro modo, o limite da adesão estaria no fato da crítica recair somente no bom funcionamento do sistema e não na ruptura do mesmo. Ilustra essa idéia a defesa que faziam em torno das reformas sociais somente a partir do âmbito institucional vigente, posição que, de certo modo, explica o porquê da ausência do debate em torno dos acontecimentos da Praia entre os redatores da revista *O Progresso*.

Se os socialistas utópicos postulavam o desenvolvimento de uma ciência social com a finalidade de propor os caminhos a serem trilhados pela sociedade em geral, não fica difícil compreender a absorção do ecletismo pelos integrantes da revista *O Progresso* e por parte da intelectualidade brasileira. E conceber, ainda, a idéia, observada por Antônio Paim, da doutrina eclética ter “funcionado” como “bússola” de análise dos problemas nacionais. Quer se dizer com isso que o ecletismo teria funcionado mais do que um “guia”, e sim, como uma espécie de ciência social¹⁵ que, também, teria a função de analisar e propor as leis gerais e organizar a sociedade para a resolução de suas mazelas. Os idealizadores da revista *O Progresso* parecem ter trilharam esse mesmo caminho ao defenderem, desde o primeiro artigo *Exposição de Princípios*, que se trataria de um veículo de comunicação que prezaria pelo livre pensamento, acima de tudo ou qualquer partidatismo e/ou dogma, e que estaria unicamente a serviço do *progresso* moral e material do país e seu povo.

¹⁵ Uma questão que merece ser melhor pesquisada é fato de, até que ponto, o ecletismo representaria a transição para o positivismo do século XIX no Brasil.

ABSTRACT: Created in Recife, within the years of 1846 and 1848, the *O Progresso* magazine, it consisted of a valuable historical material. Scholars of the Social Thought History use to say that the creation and development of the *O Progresso* magazine is the first experiment from Brazilian scholars to spread utopian-socialist ideals. A relevant fact is that Antônio Pedro de Figueiredo, whom idealised this intellectual and political work, translated in 1846 the writings of the French philosopher and the forerunner of the eclectic doctrine, Victor Cousin. As this doctrine emerges in France in a context of definition of a new social and political order, specially by the sedimentation of the bourgeoisie as the ruling class, the article presented discussed in which way the presence of an utopian-socialist view in the articles of the magazine as well as the fact of Antônio Pedro de Figueiredo had entitled as a socialist, would not be an ambiguous situation, because the eclectic doctrine also present in the periodical, was conceived with the joint consent of the European bourgeoisie.

Keywords: eclectic doctrine, utopian-socialism, *O Progresso* magazine, social thought in Brazil, Antônio Pedro de Figueiredo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela M. *Idéias em Movimento – A geração 70 na crise do Brasil Império*. Tese de Doutorado-FFCLH/USP, São Paulo, 2000.
- BARRETO, Vicente. “Antônio Pedro de Figueira”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXIV, fasc. 96, out./nov./dez., 1974.
- BASTOS, Elide R. “150 anos de um debate sobre a reforma agrária”. In *Revista Cadernos AEL – Conflitos no campo*, IFCH-UNICAMP, 1997, nº 7.
- BATALHA, Claudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In MORAES, João Q. de M. *História do marxismo no Brasil – os influxos teóricos*, vol. II. Campinas, SP.: Ed. Unicamp, 1995.
- BERNARD, C. *Victor Cousin ou la religion de la philosophie*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1991.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRESCIANI, M. S. *Liberalismo: ideologia e controle social*. Tese de Doutorado-FFLCH, USP, São Paulo, 1976.

- BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975,
- CHACON, Vamireh *História das Idéias Socialistas no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1965.
- CORRAL, Luis D. del. *El liberalismo doctrinario*. Espanha: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.
- COTTEN, J. P. *Autour de Victor Cousin – une politique de la philosophie*. Patris: Diffusion les Belles Lettres, 1992.
- COUSIN, V. “Fragments de philosophie cartésienne”. Paris: Charpentier, 1845, Avant-propos, V-VI. In COTTEN, J. P. *Autour de Victor Cousin – une politique de la philosophie*. Patris: Diffusion les Belles Lettres, 1992.
- _____. “Introduction to the history of philosophy”. Boston, 1832, p.. 8. In HOBSBAWN, E. J. *Ecos da Marselhesa – dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRESSON, A. *A filosofia francesa*. São Paulo: Difusão Européia, 1993.
- FARIA, Maria A. “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*. Vol. 266, 1965.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado – Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FOURIER, Charles. *Oeuvres complètes de Charles Fourier*. Paris: Sociétaire, 1971.
- HOBSBAWN, E. J.. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Ecos de Marselha – dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, S. B. de. “O Brasil Monárquico”. In *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- KONDER, Leandro. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LARA, Tiago A. *As raízes cristãs do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, PUC-RJ, setembro de 1976.

- LOURENÇO, Fernando A. *Agricultura Ilustrada-Idéias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX*. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 1998.
- LUKÁCS, Georg. "A decadência ideológica". In *Lukács: sociologia*. Col. Grandes Cientistas Sociais.
- MANNHEIM, Karl. "Conceito sociológico de pensamento". In FORACCHI, Marialice (org.). *Mannheim – sociologia*. São Paulo: Ática, 1982 (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- _____. "O pensamento conservador". In MARTINS, José de S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARQUES, U. R. de A.. *A Escola Francesa de Historiografia - elementos de formação*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1996, (mimeo).
- MARX, K. *O Capital - Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Volume 1, Livro 1, Tomo 2.
- _____. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro Ed., 2000.
- _____. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Centauro Ed., 2000.
- MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965.
- MINAYEV, L. *Origem e princípios do socialismo científico*. São Paulo: Ed. Argumentos, 1967.
- MOTA, Carlos G. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectivas, 1972.
- NEDER, G. *Compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Achiane, 1979.
- NITRINI, Sandra (org.). *Aquém e além mar - relações culturais: Brasil e França*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1967.
- _____. "Documentário de filosofia no Brasil - Hipólito da Costa e Silvestre P. Ferreira". *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, vol. XVI, fasc.63, jul.-agost.-set., 1966.

- _____. “O ecletismo de Antônio Pedro de Figueiredo”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XVI, fasc. 61, jan./fev./mar., 1966.
- _____. *Escola do Recife*. Londrina: UEL, 1999.
- PINASSI, Maria O. *Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – Um episódio no trânsito das idéias entre Brasil e França (1834-1856)*. São Paulo, 1999, (mimeo).
- _____. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1972, p. 28.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Martins Editora, 1942.
- QUINTAS, Amaro. O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica. *Prefácio*. Recife: Imprensa Oficial, 1950.
- _____. *O sentido social da revolução Praieira*. Recife: Ed. Massangana, 1982.
- RÊGO, Rubem M. L. *Sentimento do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2000, p.225.
- RIVAS, Pierre. *Encontro entre literaturas – França, Portugal e Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.
- ROMERO, Silvio, *Obra Filosóficas*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio, 1969.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____. *Paradoxos do liberalismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- SCHWARZ, R. “Discutindo com Bosi”. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, n.º 36, julho de 1993.
- _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Comp. Das Letras, 1989.
- _____. *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

MATERIAL IMPRESSO

O Progresso - Revista Social Litteraria e Scientifica. Recife: Imprensa Oficial, 1950. Reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira. “Prefácio” de Amaro Quintas.